



CAPÍTULO 6

CAPITAL CULTURAL

Victor Soares Rosa

(UNIRIO)

victor.soares.rosa@gmail.com

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

(UERJ)

pacheco.gabrielle@uerj.br

O QUE É O CAPITAL CULTURAL?

Capital cultural, grosso modo, se refere a um conjunto de bens culturais, materiais e simbólicos, internalizados pelas pessoas. O termo *bem cultural*, embora atualmente conceituado como “um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (Ferreira, 1986, p. 247 *apud* Guedes; Maio, 2016), fora constituído, como propõe a historiografia, a partir de sua dimensão material e da urgente necessidade de proteção, especialmente em razão dos saqueamentos de obras de arte e outras peças de estimado valor na Europa no último quartel do século XIX.

Desta forma, compreende-se aqui que o capital cultural assume duas dimensões: pode ser objetificado, em referência às escolas, as obras de arte, as galerias, aos museus, aos livros, entre outros; e pode também ser incorporado pelos sujeitos, a exemplo dos “saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas” (IPHAN, ...)¹. Salvaguardado pela própria Constituição Federal de 1988, ainda em vigor, os bens culturais - materiais e imateriais -, foram incorporados ao patrimônio cultural brasileiro. Assim, tomam-se não apenas as obras de estimado valor literário e/ ou artístico como bens culturais, mas ainda os modos de se falar, a postura, as crenças, além de documentos pessoais institucionalizados, como os certificados escolares, os boletins, as correspondências pessoais, as fotografias, as coleções, entre outros.

¹ <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>

PIERRE BOURDIEU E OS CAPITAIS

O sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu debruçou boa parte de seus estudos nos conceitos de capital. Os capitais, na teorização desse autor, são instrumentos de acumulação, poder e subversão. Por que dizemos capitais no plural? Porque esse intelectual sistematizou um conjunto de reflexões que conformaram tipos de capital, como capital econômico, capital simbólico, capital social, capital informacional e, o que nos interessa, capital cultural. Este último é categorizado por Bourdieu como incorporado, objetivado e institucionalizado. Incorporado a partir do acesso à bens culturais nos espaços que vivem e frequentam os indivíduos, convencionou-se em uma acumulação:

desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – [que] só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital (Bourdieu, 1997, p. 86).

Objetivado quando é recebido, geralmente sob forma de herança - imobiliária, econômica, artística e/ou literária - e permite, em ampla medida, a perpetuação de determinados indivíduos em determinados espaços, constituindo verdadeiros nichos. Por fim, institucionalizado no que se refere à concessão de títulos - acadêmicos ou não - aos indivíduos, que, a partir dessa lógica, podem compor o seletivo grupo detentor de capital simbólico. A este respeito, enfatiza que

a noção de capital simbólico enquanto princípio objetivo da violência simbólica, permite, me parece, resolver problemas aparentemente insolúveis colocados pelas antinomias da dominação simbólica, como a dominação ao mesmo tempo sofrida sob pressão e aceita através do reconhecimento e da obediência (Bourdieu, 2011, p.8).

Partindo desta premissa, o filósofo francês opera com o que determina “dominação masculina”, sob o viés “suave, insensível, invisível” (Bourdieu, 2019, p.12) da violência simbólica, constantemente sofrida por mulheres, que apesar de sua condição subalterna, reconhece sua condição de dominada, “exercida por meio de uma língua (ou maneira de falar), de um estilo de vida (ou maneira de pensar, de falar ou de agir) ou de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma” (Bourdieu, 2019, p.12), cuja condição é indissociável, uma vez que relaciona-se diretamente com o corpo e a cor de sua pele. Ademais, a conceituação de gêneros como *habitus sexuais* delimita, reduz e condena mulheres e sua intelectualidade, sob o argumento da naturalização, o qual encontravam-se e ainda diversas instituições socialmente convencionadas: as famílias, as escolas, a religião, a maternidade e, sobretudo, o espaço doméstico, frequentemente atreladas ao patriarcado. Como bem sublinha Márcia Tiburi (2023), o patriarcado é uma instituição sólida que se beneficia em diversas esferas, partindo da presunção de que se trata de uma verdade absoluta. Assim,

o patriarcado é um conjunto de discursos, eventos e rituais. Em sua base está a ideia de sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados “normais”, por oposição a sexualidades “malditas”, negadas ou ocultadas, além disso, sustenta-se uma diferença entre os gêneros pela qual se espera manter certa ideia de superioridade masculina, de inferioridade de mulheres [...] (Tiburi, 2023, p.49).

Como se pode perceber, a crítica de Bourdieu evoca não apenas o lugar social ocupado por mulheres, mas também os diversos dispositivos de controle que as mantêm neste espaço. O acesso aos bens culturais, limitado, escasso e vigiado, contribuiu em ampla medida para que mulheres levassem um tempo considerável até que fossem consideradas sujeitos históricos, capazes de produzir, elas próprias, suas histórias.

MULHERES E O ACESSO AOS BENS CULTURAIS

Pensar capital cultural, no entanto, faz considerar, justamente, o acesso de mulheres aos bens culturais materiais, simbólicos e institucionalizados. É algo igualmente complexo no âmbito do estudo histórico, haja vista os processos de exclusão e inferiorização que sofreram (e ainda sofrem), em especial no que tange o acesso à educação formal e a desejada para sua formação. O estudo de Eliane Peres (2021) sobre “Como Marias aprendem a ler”, por exemplo, trata de mulheres negras para quem o aprendizado da leitura e da escrita foi além dos usos pragmáticos: são acolhimento, abrigo, estratégias de luta e resistência. À luz de Davis (2016), o mesmo concebe Da Silva (2019, p.304) ao relatar que “para muitas escravizadas, escrever tornou-se, ao mesmo tempo, um ato de repúdio e de expressão, na luta por melhores condições de vida e por direitos”. Portanto, é possível inferir uma relação diretamente proporcional entre bens econômicos e bens culturais, ainda que em menor ou maior escala, ao longo dos dois últimos séculos, com especial ênfase no entresséculos e na primeira metade do século passado.

Maria Celi Chaves Vasconcelos (2018) estuda a educação doméstica no século XIX. Trata-se de uma modalidade de ensino, em larga escala, destinada às famílias das elites, haja vista os seus altos custos. Ainda, destina-se, especialmente, à educação de meninas. Os objetos de ensino versam sobre línguas² – o próprio português e, também, francês, inglês, alemão, italiano –, música, piano, canto, desenho, diversos gêneros de pintura, trabalhos de agulha, história universal, para citar alguns.

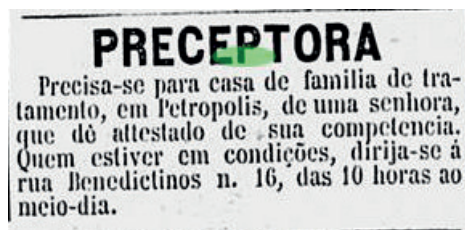
Ao analisar o papel das preceptoras, as responsáveis diretas pelo ensino, Vasconcelos (2018, p.289), as compreende como “mulheres professoras, também chamadas de “governantas”, e que residiam na casa de seus alunos”. Em complemento, o estudo de Jinzenji (2010, p. 173) ressalta a finalidade maior dessa educação destinada às meninas e jovens, iluminando também o papel da mãe:

² Não era incomum, neste sentido, observar inserções de outras línguas nos textos produzidos por mulheres escritoras, que muitas vezes deixavam clara esta influência e referência em sua escrita.

A necessidade de se educar a mulher pode ser entendida como resultante da percepção de seu poder civilizador; ao mesmo tempo em que urgia ser educada, acreditava-se no seu potencial educador, já que ela era a responsável pelo cuidado à primeira infância. Em muitos casos, as mães eram, também, as preceptoras das próprias filhas, tanto nos ensinamentos morais quanto nas primeiras letras.

Comumente descobertas a partir de anúncios em periódicos diversos, mulheres estrangeiras, usualmente europeias, eram contratadas para esse ofício, uma vez que se aspirava pelo que vinha de além-mar, especialmente por conta de uma forte influência da cultura européia, o que deu origem, anos mais tarde, ao que se denominou *Belle Époque* nos primeiros anos dos 1900. Em grande medida, essas mulheres estrangeiras vinham “solteiras”, sem a companhia ou a proteção de um marido. Não obstante, as famílias preferiam contratar mulheres de meia idade, como se observa no anúncio da edição 1953 de *O Paiz*:

Figura 1 - anúncio em *O Paiz*, 11/2/1890



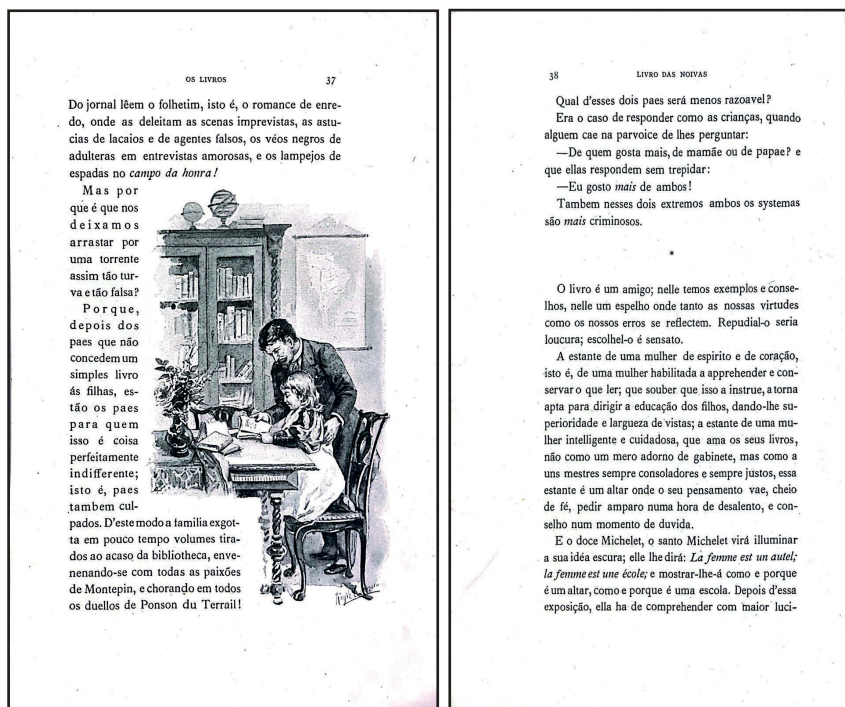
Fonte: Hemeroteca Digital da FBN

Além dos materiais que traziam em suas bagagens e dos usados pelas moças em trabalhos manuais, Vasconcelos (2018) destaca o uso de livros no ensino. Na segunda metade do século XIX, aumenta a procura por “manuais para o lar”, especialmente, os que continham regras e receitas de economia doméstica, que ensinavam a gerir uma casa. Ainda, as obras presentes nos acervos das bibliotecas da Corte também eram buscadas por essas preceptoras, fato este que contribuiu, entende-se, para o surgimento de obras similares no Brasil.

No final do século XIX, a escritora carioca Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), uma das mais prestigiadas de seu tempo, lança *Livro das Noivas* (1896) - no qual figuram 29 textos- que durante décadas³ serviu de base para prescrições para mulheres, funcionando como uma espécie de “escola peregrina de esposas e de mães” (Revista Serões, n.9, 1906, p. 179). Dentre as temáticas comuns na obra, destacam-se a leitura e a instrução como aspectos desejáveis para uma moça que desejasse contrair casamento, como insinua no texto “Os livros”:

³ Revela a historiografia acerca da escritora que a obra teve sucessivas edições, como bem apontaria também sua filha Margarida Lopes de Almeida em relato biográfico sobre a mãe (Almeida, 2015).

Figuras 2 e 3 - páginas 37 e 38 de *Livro das Noivas* (1896)



Fonte: acervo dos autores.

Interessante notar como o objeto livro, para além de seu conteúdo, se converte em “tesouro” para a vida da mulher. E a estante dessa mulher deve apresentar volumes que não apenas a instruem, mas ainda a tornem aptas para desempenhar seu papel principal: a educação dos filhos. A própria Júlia, em “Saber ser pobre”, anuncia que seria papel dos pais oferecer à filha o livro como um “dote providente e útil” (Almeida, 1896, p.16). Ao contrastar a diferença entre as famílias abastadas e as pobres, ressalta, de forma pouco convencional, que a pobreza, neste sentido, é “um dos maiores benefícios que ha”, já que “partida do berço, a educação da pobreza é muito mais efficaz para a vida” (Almeida, 1896, p.17).

Mas Júlia Lopes não foi a única a fazer tal investimento. Ao longo do século XX, houve iniciativas distintas para promoção de educação de meninas e moças por meio dos livros, tal como o lançamento da *Coleção Menina e Moça*⁴ pela Livraria José Olympio Editora, que se constituía em um conjunto de romances traduzidos da coleção francesa *Bibliothèque de Suzette*, publicada entre 1919 e 1965 (Silva, 4 Com mais de duas dezenas de volumes publicados entre as décadas de 1930 e 1960, a coleção pretendia atingir um público de meninas entre 06 e 16 anos.

2010). Tendo alcançado grande visibilidade na produção editorial da época, como menciona Silva (2010), importa mencionar, ademais, o crivo moral de religiosos⁵ para a avaliação das obras, cooperando, neste sentido, com o proposto por Bourdieu (2019) acerca dos dispositivos de controle naturalizados pela sociedade - a Escola, a Família e, neste caso, a Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível notar, ao longo do texto, o conceito de capital cultural refere-se a um conjunto de bens culturais, materiais e simbólicos, internalizados pelas pessoas. Tais bens podem ser objetificados, a exemplo das instituições e objetos; como podem ser incorporados pelos sujeitos, em referência à aquisição de saberes, comportamentos ou modos de fazer, por exemplo. Com base nas teorias propostas por Pierre Bourdieu (1997; 2011; 2019), constatou-se que não apenas o capital cultural é algo inerente aos grupos majoritários, como também um dispositivo de controle e subordinação para os grupos minoritários, como é o caso das mulheres.

Mesmo com um expressivo número de analfabetos⁶ ao longo da Primeira República (1899-1930), número que, nos últimos anos dos 1800 atingiu quase 80% da população, importa ressaltar que, entre o grupo dos letrados, poucas eram as mulheres. Este seletíssimo grupo teve acesso ao capital cultural através da biblioteca da família, de viagens para outros países e contatos com outras culturas, ou ainda por conviver, em poucos casos, com intelectuais. Como acentua Vasconcelos (2018), na metade do século XIX houve um aumento na busca por “manuais para o lar”, textos que adquiriram caráter prescritivo para as mulheres, uma vez que continham regras e receitas de economia doméstica que ensinavam a gerir uma casa. Tal fato muito nos diz sobre que tipo de educação e que saberes estavam à disposição das mulheres letradas: a educação para o lar e para o cuidado da prole.

Apesar da historiografia recente apresentar contribuições no âmbito das mulheres escravizadas, os números ainda são incipientes e, de forma geral, revelam que o acesso aos bens culturais pelas mulheres, além de limitado, era escasso e vigiado. Apenas com a entrada de mulheres na Academia, sobretudo nos anos de 1960 e 1970, que é possível notar a educação de mulheres com outros fins, já que elas próprias, enquanto sujeitos históricos, foram capazes de produzir suas próprias histórias.

Assim, refletir acerca do capital cultural é pensar também no lugar ocupado por mulheres, sobre o qual nota-se que, mesmo em famílias mais abastadas, que contratavam preceptoras para instruir meninas e jovens moças, tal educação não

⁵ Como sinaliza a autora, trata-se de Alceu Amoroso Lima e Padre Álvaro Negromonte, “renomados intelectuais e educadores católicos” (Silva, 2010, p.102).

⁶ Apenas na década de 1920 que observamos uma queda significativa do número de analfabetos no país. De acordo com os dados de recenseamento de 1920 no Brasil, as taxas de analfabetismo atingiram um número próximo à 50% da população.

ultrapassava o seio familiar, núcleo pelo qual elas seriam responsáveis. Neste projeto, para além da família, da escola e do Estado, a religião também influencia como instituição reguladora.

Palavras-chave: Capital cultural. Mulheres. Educação feminina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das Noivas**. Rio de Janeiro: [s.l.], 1896.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 11a ed. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena. Kühner. - 15ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

DA SILVA, Alexandra Lima. Flores de ébano: a educação em trajetórias de escravizadas e libertas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 299-311, 2019. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n10.p299-311. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5072>. Acesso em: 26 abr. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. -. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta). ISBN 978-85-7334-299-4.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A leitora no banco dos réus. In: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. Ed. rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2019. p. 317-405.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. M. **Bourdieu e a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PERES, Eliane. **Como Marias aprendem a ler?**: mulheres e aprendizados da leitura e da escrita (séculos XIX e XX). Curitiba: Ed. CRV, 2021.

SILVA, Márcia Cabral da. A coleção Menina e Moça: entre o bom comportamento moral e a formação do gosto Literário. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, p. 99-105, 2010.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. **Cadernos de História da Educação**, [Uberlândia,] v. 17, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2018.

SERÕES: revista mensal ilustrada (PT) -1901-1911. Série II, vol 2, n.9, março de 1906. O PAIZ (RJ) - 1884 -1930. Ano VI, ed. 1953. 11 de fevereiro de 1890.

SOBRE O AUTOR E A AUTORA

Victor Soares Rosa

Licenciado e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd UERJ). Discente do curso de Licenciatura em História da UNIRIO. Mestrando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI IBICT-UFRJ).

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

Professora Adjunta de Língua Inglesa com graduação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutora em Educação pela mesma Universidade. Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL-ProPEd/UERJ), do Grupo de Estudos Mulheres e Militância Política (UFF) e do Grupo de Pesquisa CNPq Estudos de literatura e cultura da Belle Époque, LABELLE (PPGLEtras-UERJ). Coordenadora do Projeto de Extensão Páginas de Mulheres na Imprensa (PROMIM) e do Projeto de pesquisa “Outras Literaturas: a contribuição feminina na constituição da história da educação brasileira”.